



UNED



Grupo de Investigación
Intervención Socioeducativa

Contextos-ISE

Educación y jóvenes en tiempos de cambio

Gloria Pérez Serrano
Ángel De-Juanas Oliva
(Coordinadores)

Facultad de Educación

UNED

EDUCACIÓN Y JÓVENES EN TIEMPOS DE CAMBIO
(0181025AS01A01)

Quedan rigurosamente prohibidas, sin la autorización escrita de los titulares del Copyright, bajo las sanciones establecidas en las leyes, la reproducción total o parcial de esta obra por cualquier medio o procedimiento, comprendidos la reprografía y el tratamiento informático, y la distribución de ejemplares de ella mediante alquiler o préstamos públicos.

© Universidad Nacional a Distancia y Grupo de Investigación de Intervención Educativa en Contextos Sociales. Madrid 2014

Librería UNED: c/Bravo Murillo, 38 – 28015 Madrid
Tels.: 91 398 75 60 / 73 73
e-mail: libreria@adm.uned.es

© Gloria Pérez Serrano y Ángel De-Juanas Oliva

Asistentes de edición: Julia García Pérez, Yolanda Correa Fernández, Javier Páez Gallego, Héctor Núñez López y Ángela L. de Valenzuela Bandín.

Este libro se vincula al sub-proyecto "De los tiempos educativos a los tiempos sociales: Ocio, formación y empleo de los jóvenes en dificultad social" (EDU2012-39080 C07-07) incluido dentro del Proyecto de Investigación "De los tiempos educativos a los tiempos sociales: La construcción cotidiana de la condición juvenil en una sociedad de redes. Problemáticas específicas y alternativas pedagógico-sociales" (proyecto coordinado EDU2012-39080-C07-00), cofinanciado en el marco del Plan Nacional I+D+i con cargo a una ayuda del Ministerio de Economía y Competitividad, y por el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER, 2007-2013).

A fin de mantener un nivel de exigencia elevado, los coordinadores de la obra verifican que esta publicación ha sido evaluada por expertos ajenos a esta universidad bajo un proceso arbitrario de doble ciego (y un tercero decisorio de existir discrepancias entre ambos). Para cumplir con los criterios de calidad, se constata que los capítulos presentados no han sido publicados previamente en su totalidad, por tanto, son originales. Igualmente, se constata que la publicación ha contado con el consentimiento de todos los autores.

ISBN: 978-84-362-6960-4
Depósito legal: M-33181-2014

Primera edición: diciembre de 2014
Preimpresión: UNED
Imprime: Agencia Estatal Boletín del Estado
Avda. de Manoteras, 54 - 28050



CAPÍTULO XI

O CONTACTO NO ACOLHIMENTO FAMILIAR E O DESAFIO DA DIVERSIDADE

Paulo Delgado¹, Vânia S. Pinto², João M. S. Carvalho³

¹*Centro de Investigação e Inovação em Educação (inED), Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico do Porto,*

²*Centro de Investigação e Inovação em Educação (inED), Rees Centre, Department of
Education, University of Oxford,*

³*Instituto Universitário da Maia, CICS.NOVA/INEP/UNICES*

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO CONTACTO NO ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS E JOVENS

No decurso da vida das crianças e jovens ocorrem, com frequência, períodos de afastamento, mais ou menos longos, das pessoas que constituem a sua família e com quem partilham a morada, rotinas, memórias, companhia e afetos. Estas interrupções da vida em comum têm causas diversificadas como o trabalho dos pais, períodos de férias, questões de saúde ou de organização familiar, entre outras. Regra geral, a separação termina com o reencontro da família, que mantém normalmente diferentes formas de contacto durante o período em que vive longe das suas crianças.

Em casos particularmente graves, que ameaçam o desenvolvimento, o bem-estar e por vezes a sobrevivência, as crianças e jovens são retirados das suas famílias de modo a garantir, numa primeira instância, a sua segurança e o respeito pelos seus direitos de personalidade. Estas circunstâncias excecionais e felizmente minoritárias obrigam a uma colocação numa instituição ou família, um local novo e desconhecido, na maior parte dos casos, com caras novas e processos de organização do quotidiano e das relações distintos, sem previsão segura de quanto tempo durará a estadia e sem garantia de que ocorrerá o regresso a casa da sua família (Delgado, 2011).

O quadro legal em vigor estabelece o direito de manutenção do contacto entre a criança ou jovem acolhido numa instituição ou numa família de acolhimento com a sua família de origem, à semelhança do que sucede na maioria das separações e divórcios.

De acordo com o n.º 3 do art.º 9º da Convenção sobre os Direitos da Criança, "os Estados Partes respeitam o direito da criança separada de um ou ambos os seus pais de manter regularmente relações pessoais e contactos diretos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança". O princípio geral de manutenção do contacto tem de ser analisado em cada contexto, podendo ser afastado, num caso concreto, se aquele contacto se revelar prejudicial ao interesse superior da criança, o que nos coloca perante a necessidade de avaliar os seus resultados.

Na Constituição da República Portuguesa estabelece-se, no n.º 6 do art.º 36º, que "os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial". As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado contra todas as formas de discriminação e de opressão "e contra o exercício abusivo de autoridade na família e nas demais instituições" (art. 69.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa). A primeira Lei da ordem jurídica nacional não se refere todavia, de modo expresse, à existência de contactos nas circunstâncias excecionais da separação.

Os princípios orientadores da intervenção de proteção das crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), particularmente os princípios do seu interesse superior, da privacidade, da proporcionalidade e atualidade, da responsabilidade parental e da prevalência da família, hierarquizam as medidas proteção relegando as medidas de acolhimento, que obrigam à retirada do contexto de vida, para o último lugar das opções disponíveis. Acrescente-se, aliás, que de acordo com os mesmos princípios, o acolhimento em instituição deve ser considerado como o derradeiro recurso para o decisor uma vez que a possibilidade de viver e de crescer numa família constitui um direito fundamental, protegido pelo Estado no art.º 67º da Constituição da República Portuguesa.

Na Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), na secção relativa ao acordo de promoção e proteção e execução das medidas são elencados os direitos da criança e jovem em acolhimento, o primeiro dos quais é o de "manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção" (alínea a) do art.º 58º). Uma vez mais o legislador associa ao direito uma condição suspensiva, que identifica de modo expresse quando descreve no artigo

57.º as cláusulas que devem constar do acordo de promoção e proteção e faz depender a ocorrência, a periodicidade e a duração das visitas de um fator subjetivo que requer uma apreciação ponderada e que resume na seguinte expressão: "quando isso seja do seu interesse". Isto é, o interesse da criança, do desenvolvimento integral, prevalece sobre o direito à visita ou contacto com familiares ou com outras pessoas com significado afetivo especial, alargando-se deste modo o universo de pessoas que podem exercê-lo. Neste grupo inclui-se ainda o representante legal e o detentor da guarda de facto (Ramião, 2014). A dificuldade que a prática inevitavelmente levanta, com a sua fluidez, é a de se apurar em rigor o ponto em que o balanço entre os interesses em jogo, que se tornam conflituais, recomenda a cessação temporária ou definitiva dos contactos.

O fortalecimento das relações da criança ou jovem com a sua família de origem é uma das traves mestras do Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro, que estabelece o regime de execução do acolhimento familiar. As fases do acolhimento preveem a realização de encontros entre a família de acolhimento e a família de origem, para facilitar e promover a colaboração (art.º 27º). A disponibilidade dos acolhedores para colaborar no processo de recuperação das competências parentais da família de origem é inclusivamente identificada como uma das condições de seleção (art.º 16º). Sublinhe-se, contudo, a ausência de referências diretas neste diploma ao contacto entre a criança ou jovem e a sua família natural no decurso do acolhimento, nada ajudando para o esclarecimento sobre o processo e o tipo de critérios a seguir para admitir as visitas ou impedi-las, na defesa do interesse da criança. Reafirma-se de novo o direito da família de origem a participar na educação da criança ou do jovem, "salvo decisão judicial em contrário" (alínea c) do art.º 22º), nada mais acrescentando.

No caso do acolhimento familiar, o exigente trabalho que os acolhedores têm de desenvolver centra-se na criança ou jovem, na sua segurança, no seu bem-estar e na sua qualidade de vida. Para quem acolhe, a recuperação das competências parentais por parte da família de origem não se sobrepõe, de modo algum, à relação a cultivar, com todo o cuidado e dedicação, com quem se acolhe. Não é tarefa da família de acolhimento trabalhar com e mudar a família de origem mas sim mediar a relação com a criança acolhida e contribuir, na medida do possível, para o sucesso da reunificação, enquanto este objetivo estiver definido para o projeto de vida da criança.

Todavia, a família de origem entra na vida da família de acolhimento por intermédio da criança. Ou seja, a colocação implica uma relação direta ou indireta com a família de origem. Mesmo que cessem todos os contactos, a família de acolhimento terá sempre de lidar com a memória e o património cultural e social que representam, para a criança acolhida, fatores essenciais para a construção da

identidade e da autonomia, no presente e no futuro. Esta evidência coloca um desafio, complexo e difícil, a quem acolhe, porque confronta-a com comportamentos e valores da família de origem que se encontram, com frequência, distantes dos seus. Esta é uma questão central no processo de acolhimento: como lidar com a diferença de padrões e de comportamentos, como geri-la e até que ponto aceitá-la.

A aceitação da diferença cultural é um pressuposto essencial na construção de uma sociedade aberta, plural e defensora dos princípios da justiça e da solidariedade. A diferença não é um atributo exclusivo do outro, pertence a cada pessoa, e é o contacto com a alteridade, seja um contexto, uma pessoa ou um conjunto de saberes que proporciona o desenvolvimento, no plano biológico, social e cultural. Contudo, a relação entre culturas não é isenta de conflitos, bem pelo contrário, que resultam do confronto com a diferença, do receio que ela instintivamente desperta e da interpretação/desqualificação que dela se faz. A educação intercultural encontra o seu espaço no centro deste conflito, que "deve ajudar a resolver e não a evitar" (Lucio-Villegas, 2002, 359).

Se os acolhedores avaliarem a conduta da família de origem à luz dos seus procedimentos e concepções, o juízo será provavelmente negativo. Se pelo contrário aceitarem e compreenderem os comportamentos, estarão a respeitar a identidade da criança e a ajudá-la a lidar com a separação. Esta atitude passa por reconhecer que uma pessoa não terá hábitos de higiene porque nunca teve oportunidade de os aprender, que os seus comportamentos são os que vivenciou, salvo exceções do foro da saúde mental, em suma, que ninguém, tem uma vida desestruturada e caótica por opção, mas por incapacidade de transformar a sua realidade noutra possibilidade.

É essencial sublinhar, particularmente na formação inicial e contínua das famílias de acolhimento, que dizer mal da família de origem é dizer mal de uma parte constituinte da criança, à semelhança do que sucede nas separações e divórcios litigiosos quando a criança é utilizada como arma numa guerra entre os pais, subitamente afetados pela ausência de discernimento e de lucidez que os impede de distinguir os problemas reais das falsas questões, "derivadas da emotividade, do ressentimento, da raiva ou do desejo de vingança (ou tão só da tristeza e da solidão...)" (Gersão, 2014, p.47). Uma atitude de desconfiança ou de recusa da parte dos acolhedores relativamente à família biológica pode criar na criança uma desconfortável sensação de vazio a separá-la dos adultos mais importantes da sua vida (Triseliotis, Borland & Hill, 2000).

A complexidade do contacto no acolhimento familiar, tão bem descrita por Triseliotis (2010) acentua-se quando os acolhedores são confrontados com situações inaceitáveis. Terão de aceitar todos os comportamentos da família de

origem, são obrigados a tolerar o inadmissível? Claro que não. Os acolhedores têm o direito e o dever, acrescente-se, face a certos relatos ou acontecimentos, de estabelecer uma fronteira sobre o que é intolerável, e de recusar essas atitudes. Ao fazê-lo, demonstram à criança que certas condutas não são adequadas ou aceitáveis, muito menos comuns, e que há um outro modo de ser (Delgado 2003).

A abertura para a alteridade não deve ser incondicional. Como observa Popper (1989, p.44), "se reconhecemos à intolerância o direito de ser tolerada, acabamos por destruir quer a tolerância, quer o Estado de Direito".

A tolerância pode tornar-se um mal quando expressa uma atitude de passividade face ao intolerável. De facto, o respeito pela diferença não pode legitimar o desrespeito por direitos humanos básicos. A tolerância assume com efeito um estatuto de reivindicação ou exigência de um direito, afastando como sinónimos qualquer vestígio de condescendência ou de indiferença (Lourenço, 1998). Em suma, a tolerância é a convicção de que a relação com o outro, neste caso a família de origem da criança acolhida, é uma relação que se deve pautar pelo respeito, pela escuta e pelo debate, um compromisso de encontro que põe de lado a indiferença mas que se rege por princípios, regras e limites.

Se, na realidade, o contacto não é positivo, se altera de modo grave a estabilidade da criança, gerando ansiedade e tristeza e esta avaliação é testemunhada pela família de acolhimento e pela equipa que acompanha a colocação, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal, de acordo com o caso, deve exercer a sua supervisão e confirmar a necessidade de se alterar ou ajustar as visitas ou mesmo suspender a sua realização.

De seguida, apresentamos a metodologia e os resultados recolhidos neste estudo, que tem como intuito analisar o impacto nas crianças e jovens acolhidos da cessação e da inexistência de contacto com a sua família de origem, a partir da perspectiva da equipa de acompanhamento e da família de acolhimento.

METODOLOGIA

Método

Aplicou-se uma grelha de caracterização de cada criança ou jovem em acolhimento familiar aos técnicos das equipas de acompanhamento do Centro Distrital do Porto, ISS, I.P., e da Instituição Particular de Solidariedade Social Mundos de Vida. Foi igualmente aplicado um questionário relativo a cada criança ou jovem à família de acolhimento no qual estavam integrados. Estes instrumentos, desenvolvidos pelo grupo de investigação, permitiram obter informações sobre as 217 crianças e jovens que se encontravam no sistema em

janeiro de 2014, representando 58% das colocações familiares de crianças e jovens em Portugal (Instituto da Segurança Social, 2014). Todos os casos de acolhimento familiar na sequência de uma intervenção administrativa ou judicial planificada foram incluídos neste estudo. A análise estatística foi realizada com o software PAWS Statistics 18.

Caracterização das crianças e jovens

No distrito do Porto encontram-se atualmente em acolhimento familiar 217 crianças e jovens, com idades compreendidas entre um e os 24 anos, com uma média de idade correspondente a 15,36 anos. Destaca-se que a maioria (67,3%) tem mais de 14 anos, seguindo-se o grupo dos 10 aos 13 anos (20,7%) e com menor expressão os grupos de idades mais baixos: grupo dos 6 aos 9 anos com 8,3% e das crianças com 5 anos ou abaixo com apenas 3,7% da totalidade. Ao nível do género a amostra é composta por 122 elementos do sexo masculino e 95 elementos do sexo feminino. Encontram-se em acolhimento em média há mais de 9 anos. Face à distribuição por concelho, Gondomar é o que concentra um maior número de crianças e jovens, com 22,6%.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Das 217 crianças e jovens que se encontram acolhidos no distrito do Porto, 130 têm contacto com a família biológica, comparativamente a 87 crianças e jovens que não mantêm qualquer tipo de contacto.

Os técnicos de acompanhamento destas crianças e jovens e respetivas famílias de acolhimento referiram que cerca de 62,7% das crianças e jovens manteve contacto com a família biológica durante dois a três anos, após o início do acolhimento. Foi possível apurar que pelo menos 11 crianças e jovens nunca tiveram contacto com a família biológica após ser decretada a medida pelo tribunal.

Diversas são as causas assinaladas pelos técnicos de acompanhamento e pelas famílias de acolhimento como estando na origem da cessação, entre as quais situações de falecimento de algum progenitor e conflitos entre a família de acolhimento e a de origem. Porém, a principal causa identificada relaciona-se com o abandono ou desinteresse da família biológica, enunciada por 81,3% dos técnicos de acompanhamento e por 84,8% das famílias de acolhimento. Mais se acrescenta que a larga maioria dos técnicos de acompanhamento e das famílias de acolhimento consideram impossível o contacto ser reativado.

O contacto cessou apesar de terem sido realizadas diversas tentativas para a sua manutenção. De acordo com as respostas recolhidas, 33,3% dos técnicos de acompanhamento e 42,3% das famílias de acompanhamento assumem ter investido neste processo.

Na perspetiva dos técnicos de acompanhamento as crianças e os jovens apresentaram reações neutras no momento da cessação do contacto, uma vez que 44,3% não manifestou alterações no comportamento e 32,9% mostrou-se indiferente face a esta situação. As famílias de acolhimento apresentam uma perspetiva ligeiramente distinta da dos técnicos, uma vez que classificaram 29,1% das crianças e jovens como tendo experienciado alívio perante a cessação do contacto com a família biológica, face a 25,3% que não apresentou alterações de comportamento e 22,8% que demonstrou indiferença (cf Gráfico 1).

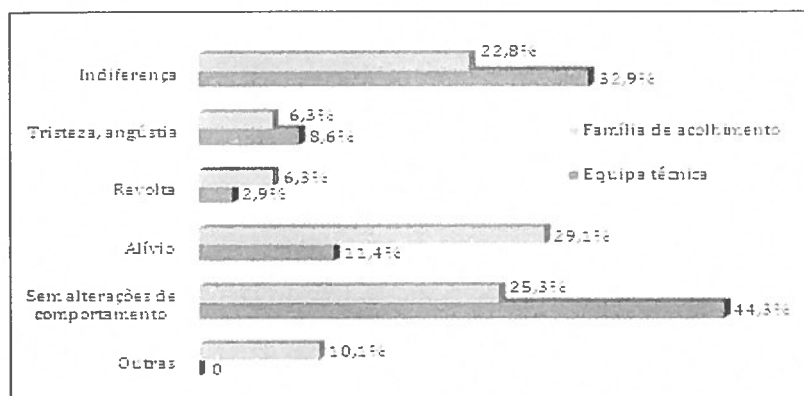


Gráfico 1: Reação da criança ou jovem ao término do contacto.

Fonte: Elaboração própria

Tendencialmente existe uma concordância entre a perceção dos técnicos de acompanhamento e das famílias de acolhimento perante as reações das crianças e jovens no momento da cessação do contacto e atualmente. Os técnicos de acompanhamento percecionam atualmente as crianças e jovens como não tendo qualquer alteração de comportamento ou demonstrando indiferença face à cessação do contacto, 50,6% e 32,5% respetivamente. As famílias de acolhimento consideram que a maioria das crianças e jovens, 37,2% e 24,4%, apresenta-se indiferente ou sem qualquer alteração de comportamento, apesar de

percecionarem 18,6% das crianças ou jovens com uma reação de alívio (cf Gráfico 2).

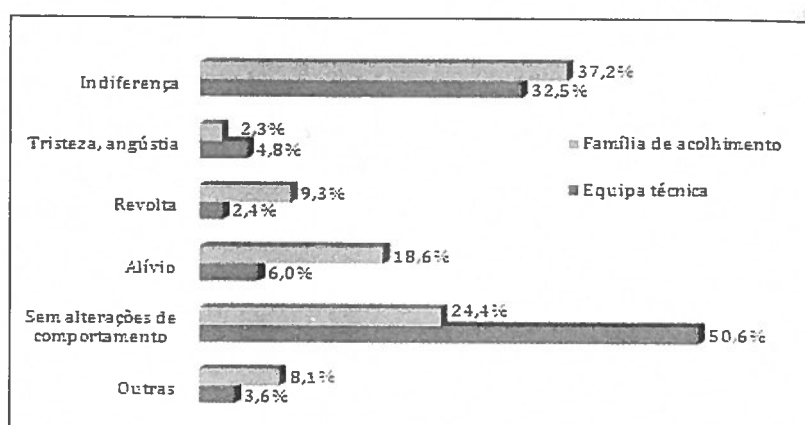


Gráfico 2: Reação atual da criança ou jovem face ao término do contacto.
Fonte: Elaboração própria

Apesar dos constrangimentos ao nível do contacto entre estas 87 crianças e jovens e as suas famílias biológicas, a maioria destas colocações são classificadas como de êxito ou com alguns resultados, segundo os técnicos de acompanhamento e as famílias de acolhimento, sendo reduzido a percentagem das colocações com alguns problemas e praticamente inexistentes as classificadas como com graves problemas (cf Gráfico 3).

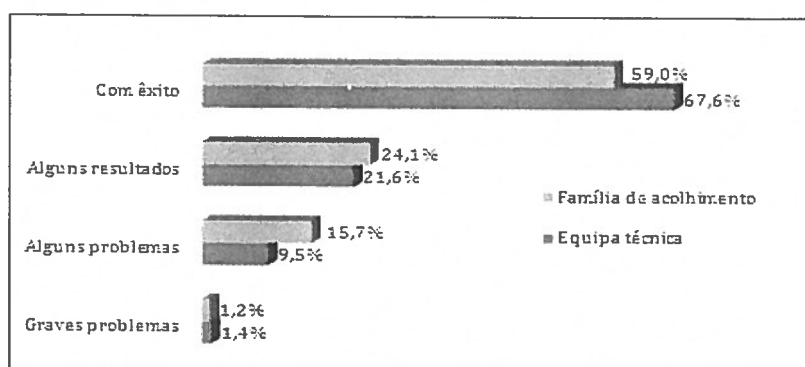


Gráfico 3: Resultados do acolhimento familiar. Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES

Em primeiro lugar, constatar o elevado número de colocações em que as crianças e jovens não têm contactos com a sua família de origem e que esse contacto cessa na fase inicial da colocação. Daqui resulta para a prática a necessidade de se prestar um acompanhamento especial aos primeiros tempos do acolhimento que apoie, monitorize e promova os contactos, sempre que estes se revelarem conciliáveis com o bem-estar da criança e jovem. É igualmente importante promover ações de sensibilização para técnicos e famílias de acolhimento que aborde o papel que podem desempenhar neste processo, ao nível da manutenção do contacto entre as crianças e jovens e as famílias biológicas.

A reativação do contacto é considerada como inviável na maioria dos casos e a provável causa, o abandono ou desinteresse da família biológica, pode e deve ser examinado de modo a se identificarem os fatores que remetem para o funcionamento da medida que se relacionem com o trabalho da equipa ou das famílias de acolhimento. Talvez deste modo as tentativas para a manutenção do contacto tenham maior sucesso.

Um dos dados mais interessantes deste estudo é a discrepância de opiniões relativamente à reação da criança ou jovem no momento do término do contacto e atualmente, uma vez que a escolha pela opção «alívio» é muito mais expressiva nas famílias de acolhimento. Qual o significado desta diferença?

No acolhimento familiar, o contacto remete, em primeiro lugar, para a relação entre a criança acolhida e a sua família de origem mas esse contacto associa-se como vimos à relação, mais ou menos direta, entre a família de origem e a família de acolhimento. As duas interrelacionam-se e condicionam os resultados das visitas, do acolhimento e podem, inclusivamente, influenciar o processo de regresso a casa. Parece-nos clara a inaceitabilidade de acolhedores que assumem o desejo de cortar com o passado das crianças que acolhem e de eliminar os contactos com a sua família, mesmo que movidos pela convicção de que essa é a melhor opção para a estabilidade da criança e da sua família, de acolhimento. O contacto pode também afetar os pais ou família biológica, se os acolhedores se opõem de modo injustificado àquele relacionamento, ou se tentam «apropriar-se» da criança acolhida (Schofield & Beck, 2006).

De igual modo é perigoso a aceitação do intolerável mas a declaração de recusa deve ser acompanhada da tentativa de compreensão das razões que conduziram a essas condutas, e que condicionaram e condicionam as opções, descartando explicações simplistas e próprias do senso comum.

BIBLIOGRAFIA

- Delgado, P. (2003). Identidade e mudança: princípios, funções e dilemas do acolhimento familiar. *Revista Infância e Juventude*, n.º3, 9-46.
- Delgado, P. (2011) *Acolhimento familiar de crianças. Uma perspectiva ecológica*. Porto: Profedições.
- Gersão, E. (2014). *A criança, a família, e o Direito*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Instituto da Segurança Social (2014). *Casa 2013. Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Lourenço, E. (1998). *O Esplendor do caos*. Lisboa: Gradiva.
- Lucio-Villegas, R. (2002). Investigación y formación en educación intercultural: La resolución de choques culturales por estudiantes universitarios. In J. Ortega (Cord.): *Nuevos retos de la Pedagogía Social: la formación del profesorado* (pp.357-363). Sociedad Ibérica de pedagogia Social: Salamanca.
- Popper, K. (1989). *Em busca de um mundo melhor*. Lisboa: Fragmentos.
- Ramião, T. (2014). Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. 7.ª Edição. Lisboa: Quid Iuris?.
- Schofield, G. & Beek, M. (2006). *Attachment handbook for foster care and adoption*. London: BAAF.
- Triseliotis, J., Borland, M. & Hill, M. (2000). *Delivering Foster Care*. London: BAAF.
- Triseliotis, J. (2010). Contact between looked after children and their parents: a level playing field. *Adoption & Fostering*, 34, 59-66.